



Ato contra PEC 32 marca instalação de Comissão Especial que discutirá a matéria

Foi instalada nessa quarta-feira, 9, a Comissão Especial que vai analisar o mérito da PEC 32/20, da reforma Administrativa. O deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA) foi indicado relator da matéria. Durante o ato de instalação, diversos parlamentares foram categóricos ao afirmar que não há intenção de atingir atuais servidores enquanto defenderam que categorias hoje de fora do texto como magistrados, militares e parlamentares fossem incluídos na reforma.

Pela manhã, um ato unificado com entidades representativas de servidores públicos federais, estaduais, municipais, sociedade civil organizada e parlamentares marcou a luta contra o desmonte do modelo de Estado brasileiro hoje assegurado pela Constituição Federal. A pressão ocorreu também nas redes sociais. A #PEC32GolpeNoPovo ficou entre os assuntos mais comentados do Twitter.

Um abaixo-assinado contendo quase 130 mil assinaturas pedindo a suspensão da tramitação da PEC 32 foi entregue ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. Reunido com representantes dos servidores e da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e Frente Servir Brasil, Lira assumiu o compromisso de que nenhum direito adquirido será atingido com a reforma Administrativa.

Sigilo questionado

Representando a Condsef/Fenadsef e também o Fonasefe que reúne o conjunto dos servidores

federais, Sérgio Ronaldo da Silva lembrou que a reforma Administrativa representará o fim da prestação do serviço público à sociedade. “Se essa PEC fosse tão boa, por que é que o Paulo Guedes colocou em sigilo os números e dados dela, quando diz que vai economizar em 10 anos R\$ 300 milhões?”, questionou.

Apesar do posicionamento do presidente da Câmara, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef lembrou que o mesmo aconteceu na tramitação da Reforma da Previdência e da EC 95, do teto de gastos, quando o governo garantiu que atuais servidores não seriam atingidos, mas não honrou o compromisso.

Para ele, apesar de o governo dizer que os atuais servidores públicos não serão prejudicados, a equipe de Jair Bolsonaro mente, pois está colocando em risco o futuro do serviço público. “Essa PEC significa a privatização do futuro do serviço público. A preocupação não é só com atuais servidores, é com o futuro do serviço público”, lembrou.

A reforma Administrativa representa, na prática, um grave

desmonte dos serviços públicos. Mais do que nunca é preciso intensificar a pressão em defesa dos serviços públicos nas redes e também nas ruas com protestos que cumpram protocolos de segurança durante a pandemia. Os serviços públicos salvam vidas e juntos vamos salvar os serviços públicos.

Se votar, não volta

A pressão a parlamentares continua fundamental. Confira o nome dos deputados e deputadas membros dessa comissão especial e cobre de todos um voto em defesa dos direitos do povo brasileiro e, portanto, contra a reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes. A comissão se reúne novamente na próxima quarta, 16.

Fonte: Condsef





Relator da PEC 32 diz que Constituição tem ‘excessos’. Oposição rebate

A instalação da comissão especial da “reforma” administrativa, na tarde desta quarta-feira (9) foi amostra dos debates que serão travados entre os deputados. Enquanto o relator, Arthur Oliveira Maia (DEM-BA), disse que a Constituição tem “excessos”, o opositor Alencar Santana Braga (PT-SP) afirmou que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32 “quebra o alicerce do Estado brasileiro”.

Enquanto a comissão especial era instalada, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recebia uma comissão de parlamentares da oposição e sindicalistas com um abaixo-assinado contrário à PEC 32. Segundo o deputado Rogério Correia (PT-MG), da Frente Mista do Serviço Público, foi feito um pedido para que a tramitação seja suspensa.

‘Alma’ da PEC é privatização

O parlamentar fundamentou a reivindicação apresentada a Lira em três aspectos: complexidade do tema, pandemia e prevalência da reforma tributária. “A alma dessa proposta (PEC 32) é a privatização do serviço público”, afirmou.

A sessão começou com a eleição, já prevista, do presidente da comissão especial, Fernando Monteiro (PP-PE). Ele teve 17 votos. Outros dois votos foram em branco. No total, o colegiado terá 34 integrantes, com igual número de suplentes. “Aqui não seremos nem governo nem oposição”, discursou Monteiro, prometendo diálogo e ouvir “todas as correntes de pensamento” na

comissão. “Posso afirmar que há um consenso na sociedade brasileira de que é que preciso que haja uma mudança no serviço público”.

Relator: Estado é “amarrado”

Para Arthur Maia, que já relatou a “reforma” da Previdência, a PEC 32 representa a “principal matéria tramitando nesta Casa” neste momento. Ele fez referência à Assembleia Constituinte responsável pela Carta aprovada em 1988, que segundo o deputado quis ser “a antítese do período que a antecedeu, a negação da ditadura”. “E nesse afã cometeu alguns excessos”, emendou. Assim, afirmou ainda, o Estado é “bastante amarrado, com pouca flexibilidade”. E a reforma pretende apenas “qualificar o serviço público”.

Todos têm de fazer parte da reforma, disse Darci de Matos (PSD-SC). “Desde a zeladora, a enfermeira, até o ministro. Inclusive nós, parlamentares”, garantiu. Alguns deputados defenderam a inclusão dos militares na proposta governista.

Reforma não é para destruir

E outros sustentaram que este não é o melhor momento para o debate. Para Alencar Santana Braga, discutir reforma sem permitir a presença dos servidores, é quase “um ato de covardia, de traição”. Ele também questionou o conteúdo da proposta. “Mesmo para o futuro, ninguém reforma sua casa sem destruí-la. E essa reforma quebra o alicerce do Estado brasileiro. Deixa o servidor submisso ao governante de plantão”.

O deputado paulista deu o

exemplo do servidor do Ibama que multou o então deputado Jair Bolsonaro por pesca ilegal. Com o político já eleito, o funcionário foi exonerado do cargo que ocupava. Para o parlamentar, o presidente não quer justamente esse tipo de servidor, que zela por suas funções. Ele observou que todas as reformas têm o objetivo de “aperfeiçoar” o Estado. “Todo aperfeiçoamento que é feito retira direitos”, constatou.

“Boiada perversa”

Presidente da Frente Parlamentar da Reforma Administrativa, Tiago Mitraud (Novo-MG) disse que as mudanças devem atacar “distorções e privilégios”. E acrescentou que a PEC deverá sofrer muitas alterações por meio de emendas.

Também para Bira do Pindaré (PSB-MA), o debate deveria ser suspenso, devido aos esforços para conter a pandemia. “Toda a nossa atenção deveria estar concentrada nisso.” Ele acredita que a proposta apresentada pelo governo “é uma destruição do serviço público e dos direitos dos servidores”.

Ele lembrou da já consagrada expressão do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. “Aqui é mais uma etapa dessa boiada perversa que está destruindo os direitos e a cidadania brasileira”, afirmou. Perpétua Almeida (PCdoB-AC) observou ainda que a reforma atinge, sim, servidores da ativa. “Prioriza a indicação política e reduz as vagas de concurso público”.

Fonte: CUT